

PORTUGAL, A ESPANHA E A SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA*

O sr. António Sánchez-Gijón referiu na comunicação que me compete comentar que o Governo espanhol parece estar considerando como prematuras as questões das missões da Espanha na NATO e dos comandos em que as suas Forças Armadas poderiam integrar-se. Optei por isso por adiantar considerações que possam ser tidas em conta no país vizinho, e na NATO, na altura própria.

Vou ter de repetir muito do que aqui já foi dito por conferencistas portugueses que me precederam, porque muito do que disseram coincide com a tese que venho desenvolvendo e tornando pública desde há mais de dois anos acerca do que considero inegociável para Portugal em matéria de segurança, e principalmente porque estou por isso em condições de a fundamentar e aprofundar para tão distinta audiência. Devo esclarecer V. Exas. que os pontos principais de tal tese têm sido defendidos por todos os órgãos de soberania portugueses que se têm pronunciado sobre a questão da entrada da Espanha para a NATO. A unanimidade de pontos de vista que é patente em Portugal sobre o assunto é, assim, o primeiro dado importante para o qual chamo a atenção de V. Exas.

Vou utilizar uma linguagem franca e directa, como me impõem as circunstâncias e a qualidade de amigos e de aliados de V. Exas.

Antes do mais desejo afirmar claramente que considero a entrada da Espanha para a NATO como lógica, desejável, e muito positiva em termos de segurança para a Europa e para o Ocidente.

Para a Europa teria as consideráveis vantagens de reforçar a confiança do seu flanco sudoeste (em face da vocação geoestratégica específica do território ibérico espanhol) e de exercer controle sobre o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias (importante mesmo relativamente à

* Intervenção no seminário «Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas», organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e pelo Institute for Foreign Policy Analysis, Inc., em 11 de Maio de 1982.

segurança das Ilhas Atlânticas) dada ainda a adequada composição do seu Poder Militar.

O especial relacionamento da Espanha com o Mundo Árabe e com a América Latina constituiriam certamente um precioso contributo para a causa da paz mundial, dadas as potencialidades que apresenta para uma melhor compreensão por parte dos aliados das sensibilidades destas importantes regiões, e para um melhor relacionamento da Aliança com elas.

Para Portugal, além dos benefícios óbvios que passaria a auferir em termos de segurança colectiva, interessar-lhe-ia ainda a possibilidade de poder passar a concertar questões de segurança mútua com a Espanha no «forum» mais vasto da Aliança onde, no tempo presente entendo que elas têm realmente o seu local mais apropriado, porque o verdadeiro problema de segurança de ambos os países peninsulares como países periféricos (do «Rimland») que são, continua a residir primordialmente no Conflito Leste-Oeste, porque este, inclusivamente parece tender cada vez mais a explorar, e até satelitizar, todos os outros nomeadamente o chamado diálogo Norte-Sul.

Para a Espanha, no meu entender, resultariam designadamente benefícios de ordem política, psicológica, económica, militar, científica e tecnológica, etc., o que decorreria da aquisição formal da «cidadania ocidental», com a vantagem adicional de muitos dos seus próprios problemas internos poderem ser sublimados ante preocupações comparáveis com os aliados em áreas mais vastas e de momento ainda mais importantes em termos de segurança que o seu País e que a Península Ibérica.

O relativamente considerável Poder Militar da Espanha constituiria um precioso contributo para minorar um dos mais conhecidos pontos fracos da Aliança, que consiste na sua presente inferioridade em forças convencionais em relação ao Pacto de Varsóvia, pois poderia eventualmente ser utilizado em reforço de qualquer dos flancos ou frentes europeus ameaçados, para a protecção das rotas marítimas em caso de guerra generalizada, e até talvez para missões de presença ocidental em áreas sensíveis exteriores aos limites geográficos da NATO, em tempo de paz, onde seja eventualmente conveniente dar uma imagem de determinação do Ocidente em defesa dos seus interesses vitais e dos seus amigos. Também a Marinha Mercante espanhola, pela sua importante dimensão, constituiria um bom contributo para o reforço global da Aliança Atlântica, marítima como é.

Entretanto, importa não perder de vista que a verdadeira razão de ser da Aliança e também o seu principal problema actual é, efectivamente, a solidariedade atlântica, uma vez que, se é verdade que a Europa precisa de ligação íntima ao Continente Norte-Americano para dissuadir o Pacto de Varsóvia de atacar, e para garantir a sua independência também é certo que os EUA não teriam provavelmente capacidade para

só por si, se oporem eficazmente ao somatório dos potenciais daquele Pacto e da Europa Ocidental.

Ora acontece que o Território português é o mais ocidental e o mais atlântico da Europa, e dispõe de posições que são cada vez mais importantes para assegurar a passagem de eventual reforço do Continente Norte-Americano à Europa, uma vez que a nova ameaça dos corârios aéreos «Backfire», com base na Península de Kola, aconselhou a que as rotas daquele reforço tivessem sido deslocadas mais para sul, por forma a passarem entre as ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira e ao largo do Continente português, onde, além de mais fácil apoio de terra, gozam de melhores condições de mar e de melhores possibilidades acústicas submarinas que aumentam a eficácia da protecção anti-submarina. Tendo acontecido que o reforço em questão se mostrou decisivo para as vitórias dos Aliados nas últimas guerras mundiais, o Território português é de facto um elo vital da cadeia de solidariedade atlântica (um verdadeiro pilar da ponte intercontinental) pelo que convém a todos que não se atente contra a sua coesão, ou seja, que não se provoque deliberadamente, ou inadvertidamente, a sua erosão.

Daqui decorre que pensar na participação de Portugal na Aliança Atlântica unicamente em termos geoestratégicos, o que implicaria a repartição operacional do Território português por áreas de influência estrangeiras distintas (a exemplo do que acontece com o acordo bilateral de defesa EUA-Espanha, em que o Continente português e a Madeira se encontram na chamada Zona de Interesse Comum, e os Açores sob a responsabilidade norte-americana), causaria prejuízo evidente para a coesão interterritorial portuguesa, da qual depende de forma vital a individualidade e a capacidade de manobra externa do País.

Pelas razões aduzidas, penso que o meu país não poderá aceitar qualquer relacionamento de segurança com a Espanha no seio da NATO que não seja o ditado pelos respectivos potenciais e vocações específicas geoestratégicas, e rejeitará qualquer relacionamento baseado nos respectivos Poderes Militares actuais. A não ser assim, criar-se-iam muito provavelmente condições propícias ao desenvolvimento de uma sensibilidade hostil à NATO, aos EUA e à Espanha entre os portugueses, que dificilmente poderiam entender permanecer numa Aliança que pretendesse utilizar as potencialidades geoestratégicas do seu território sem que se importasse com os prejuízos decorrentes para os interesses vitais do País. É por isto que considero ser do interesse dos nossos amigos e aliados que o Território português permaneça todo inserido na área de responsabilidade do Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) — uma vez que as Ilhas Atlânticas nele terão de estar — e que não continue repartido pelas áreas operacionais «WESTLANT» com sede nos EUA (caso dos Açores) e «IBERLANT», exactamente como sucede com o já mencionado acordo bilateral de defesa EUA-Espanha.

A atitude mais correcta dos nossos amigos e aliados, nesta questão, seria antes uma compreensão efectiva de que Portugal precisa de

desenvolver o seu Poder Militar por forma a adequá-lo à sua participação digna no que designo por componente atlântica da defesa europeia, garantindo com meios autónomos a segurança das suas posições e a presença na área oceânica própria, que coincide com o «mare nostrum» económico (ZEE). É verdade que tal compreensão tem de começar pela dos próprios portugueses, nomeadamente dos militares que deverão reconhecer no Poder Aero-Naval (Marinha e Aviação) a autêntica capacidade marítima) um factor de independência nacional designadamente no quadro da NATO.

Obtive permissão do sr. António Sánchez-Gijón para citar aqui duas afirmações suas proferidas em tempos no Instituto da Defesa Nacional do meu País, e que foram publicadas no n.º 17 da revista «Nação e Defesa», das quais me permito inferir a sua compreensão para a minha argumentação: «...a entrada de Espanha para a NATO não deverá servir para desmembrar ou atenuar essa unidade ideal (unidade estratégica do espaço espanhol) pondo a dimensão atlântica (Espanha no espaço do comando atlântico aliado e a dimensão continental na órbita da Europa Central»; «... a unidade nacional de Portugal repousa com igual ou maior ênfase que no caso espanhol, no [factor] naval».

Tudo isto quer afinal dizer que, se a Espanha vier a ficar por hipotese também no «SACLANT», há que respeitar efectivamente a complementaridade das vocações específicas dos territórios portugueses espanhol, evitando-se soluções, como as do comando ibérico unificado que seriam susceptíveis de criar sérios problemas à solidariedade atlântica, e que seriam até desnecessárias, dada a verdadeira natureza da «guerra real».

Efectivamente, o que me parece mais provável, uma vez que a dissuasão militar da NATO (de que a solidariedade atlântica é um elemento vital) mantenha a sua credibilidade, é que a «guerra real» continue a caracterizar-se pela manobra indirecta, onde a pressão psico-militar na Frente Leste é coordenada com pressão simultânea nas regiões vitais de abastecimento de petróleo do Golfo (com oportuna oferta de gás natural da Sibéria) e de minerais estratégicos da África Austral, com o envolvimento subtil da Europa pelo Mar de Barentz e pelo Noroeste Africano, e com a tentativa de fixação das atenções e das preocupações principais dos EUA na América Central, Caraíbas e até talvez na América do Sul, tudo com o objectivo primeiro, sobejamente conhecido, de separar o Continente Norte-Americano da Europa. É nesta «guerra real», como atrás sugeri, que o concurso da Espanha me parece efectivamente do maior interesse para todos nós, designadamente, repito, pelo reforço da confiança que as suas importantes forças convencionais poderão trazer à Frente Leste e ao Flanco Sudoeste da Europa, à viabilidade da presença ocidental em áreas sensíveis fora dos actuais limites da NATO, e à segurança das comunicações marítimas dos Aliados.

Na minha opinião, que venho expondo repetidamente desde há mais de dois anos, como referi, e de que já encontrei algumas réplicas

animadoras entre espanhóis, inclusivamente ontem mesmo nesta sala, os interesses da NATO na Região Íbero-Atlântica, em termos de solidariedade, e os interesses de Portugal e da Espanha, poderão conciliar-se com a consideração da complementaridade geoestratégica dos territórios. Para ser mais preciso, a vocação específica portuguesa, porque o seu território se projecta para meio do Atlântico e as rotas vitais de socorro tendem a passar ao seu alcance (ou mesmo pelo respectivo espaço interterritorial) está no apoio ao reforço da Europa a partir do Continente Norte-Americano; por outro lado, a vocação espanhola está principalmente relacionada com o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, simultaneamente orientado para a bacia ocidental do Mediterrâneo, para a segurança do Flanco Sudoeste da Europa, e para a contenção de ameaças às Ilhas Atlânticas.

Salientaria ainda, como parte muito importante da minha tese, que a estabilidade e a confiança em toda a Região Atlântica Íbero-Africana (que engloba também Marrocos) tem o maior interesse para a Península e para o Ocidente. O caso é que Marrocos constitui, como já tive ocasião de salientar ontem aqui mesmo, uma alternativa geoestratégica da Península Ibérica, pelo que muito interessa que tudo seja feito para assegurar a sua desejada integração no Mundo Ocidental, através de indispensável solidariedade, designadamente em termos de apoio à estabilização do regime democrático e à solução política do conflito do Sara Ocidental. Por outro lado, a História e o presente aconselham-me a lembrar a distinta assistência que a confiança e a estabilidade nesta sensível e antiga Região não são compatíveis com a «hegemonização» ou a «gendarmização» de qualquer das potências regionais. Relembraria ainda o apoio que a URSS procura dar no conflito das Ilhas Falkland à Argentina (de que depende para vital abastecimento de cereais) e que certamente daria a um Marrocos e a um Sara Ocidental em conflito eventual com países ocidentais, por razões geoestratégicas óbvias, e também pela importante dependência soviética em fosfatos do Noroeste Africano.

Não posso deixar de manifestar esperança que norte-americanos, espanhóis e portugueses compreendam que: a solidariedade atlântica está acima de tudo na Aliança, dado que aos do Leste, para vencer, bastar-lhes-ia conseguir a separação entre os EUA e a Europa Ocidental; para se chegar a tal resultado, bastaria talvez que os europeus ocidentais se convencessem que as guerras dos recursos, da viabilidade do socorro norte-americano, e da dissuasão nuclear estariam perdidas (esperar outra coisa parece-nos algo idêntico ao preconceito «Maginot», ou seja, imaginar que o adversário vai proceder como esperamos, ou como desejaríamos); a coesão territorial portuguesa é efectivamente um elo indispensável da solidariedade atlântica; é inconveniente somar-se uma desilusão dos portugueses às incertezas do Noroeste Africano.

Os portugueses sabem desde há séculos que a «atlanticidade» do seu território constitui a garantia da sua existência como Nação independente, e o factor decisivo da sua capacidade de manobra, o que os levou desde sempre a preocupar-se em manter sob o seu controle a sua fronteira marítima, uma vez que o mesmo lhes é materialmente impossível quanto à fronteira terrestre. Embora os tempos sejam hoje outros, o que é facto é que os portugueses, e principalmente os açorianos, ainda não conseguiram esquecer os 60 anos de perda de independência, ocorrida precisamente quando a sua incapacidade de controle da fronteira marítima colocou o território continental sob cerco estratégico espanhol.

Portugal não contesta, nem tal direito lhe assiste, a projecção atlântica da Espanha no quadro da NATO. Contesta, sim (e fá-lo-á certamente com toda a firmeza), que ela se faça para o interior do seu espaço interterritorial. Portugal não desistirá de tudo fazer para evitar que os seus próprios amigos e aliados perturbem inadvertidamente a sua vital coesão interterritorial por desconhecimento ou por incompreensão dos problemas que a descontinuidade territorial e a sua presente fragilidade aero-naval lhe acarretam dramaticamente, principalmente em tempo de paz, e no quadro da Aliança de que é membro fundador.

Terminaria permitindo-me lembrar mais uma vez que tudo o que reforce a Aliança é bem-vindo, e que tudo o que pareça susceptível de enfraquecer a sua solidariedade deve, no mínimo, ser prudentemente estudado. Isto, particularmente quando parece estar-se a caminho de poder justificar-se o sábio aviso de Mackinder — para opor-se ao crescente poder expansivo da Potência Continental e ao seu eventual rumo ao mar, será indispensável a transformação do Atlântico Norte num íntimo elo de ligação entre os Continentes Norte-Americano e Europeu, sem o que não será possível dar resposta adequada ao desafio sem precedentes que tais hipóteses representam para o Ocidente. E o que está acontecendo é que nunca o Poder Marítimo duma Potência Continental esteve tão alto, e a solidariedade atlântica esteve tão baixa.

11 de Maio de 1982